

## Adenda ao Relatório da Consulta Pública Novo Plano de Pedreira Vale de Mós A

No âmbito do procedimento de AIA do projeto **Novo Plano de Pedreira Vale de Mós A**, decorreu entre 2023-02-16 e 2023-03-29 a Consulta Pública.

Nessa sede foi recebido um contributo de Sérgio Neves tendo-se verificado, na sequência de reclamação do próprio, que por lapso, e não obstante a referida participação ter sido à data analisada bem como mencionada no Relatório de Consulta Pública, não foi integrado o conteúdo do anexo.

Uma vez que o Relatório da Consulta Pública já não pode ser alterado, e a fim de corrigir o lapso verificado emite-se a adenda:

---

### **ID 52696 Sérgio Neves em 2023-03-29**

#### **Comentário:**

Junto anexo o texto da minha participação discordando veementemente do proposto no projeto submetido a AIA.

**Anexos:** 52696\_Participação à consulta pública do “Novo plano de pedreira Vale de Mós A”-signed.pdf

**Estado:** Tratada

**Tipologia:** Discordância

**Classificação:**

**Observações do técnico:**

---

## Participação à consulta pública do “Novo plano de pedreira Vale de Mós A”

É a contragosto que participo neste cenário de crime ambiental, sobretudo porque o Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental, EIA, está eivado de cultura empresarial (foi elaborado, como admite, “concomitantemente” com o projeto e ambos foram contratados pela Secil) e começa a ser notória a tendência da Agência Portuguesa do Ambiente, APA, a relevar os interesses económicos sobre a defesa da Natureza (pelos vistos, o “Ambiente” tem mais a ver com as pessoas - se vêm, se respiram, se cheiram, se ouvem ... - do que com a preservação da paisagem natural, isto deve ser mais do âmbito da “Ecologia”), pelo que certamente o parecer final será de “aprovação condicional”, sendo a condicionante o enquadramento legal destinado justamente a proteger a Natureza: O PDM de Setúbal e sobretudo o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, POPNA, onde se localiza a pedreira da Secil.

Segundo o Relatório Síntese, esses instrumentos devem ser flexíveis, ou melhor, “dinâmicos” para mais facilmente serem “empurrados com a barriga”, por forma a não prejudicar os interesses em jogo.

A APA, que coordena a Comissão de Avaliação e valida a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), já tem usado o argumento de “por razões de relevante interesse público”, evocando o artigo 21º do Regime Jurídico da REN, em detrimento de valores relevantes para a Ecologia.

Mesmo assim, porque neste caso concreto, sendo a definição de ecologia a relação entre os seres vivos e o seu ambiente físico, está em causa o próprio suporte físico do sistema ecológico, pois está em jogo a própria existência da Serra, apresento as seguintes sugestões no sentido de reduzir o impacto do projeto em apreço:

### 1. Sobre as “áreas recuperadas”

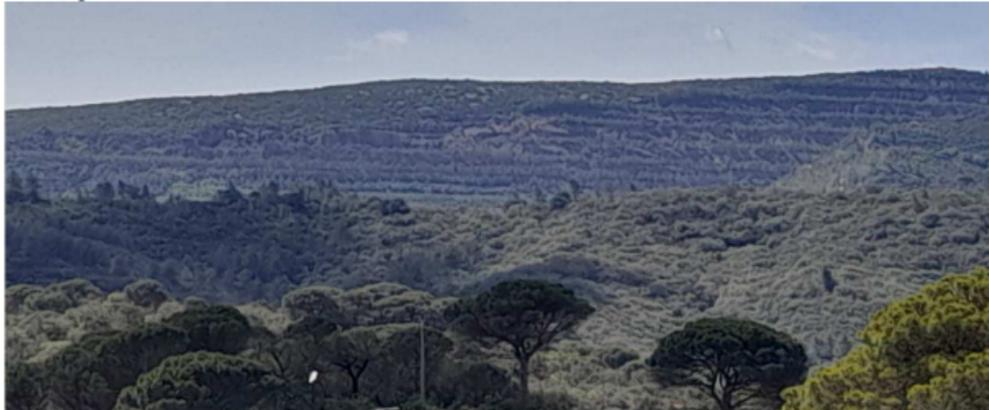


Figura 8– Panorâmica do quadrante Oeste da pedreira onde se evidenciam as áreas recuperadas e as áreas em exploração.

Como se pode ver na foto acima, proveniente do processo EIA, a área considerada recuperada é apenas uma área explorada que mantém a mesma topografia das áreas em exploração, apenas disfarçada com vegetação, o que não tem nada a ver com a situação pré-existente.

Participação à consulta pública do “Novo plano de pedra Vale de Mós A”

Mesmo de longe (a foto seguinte foi tirada da Estrada Nacional 10, a caminho de Setubal), não dá para esconder.

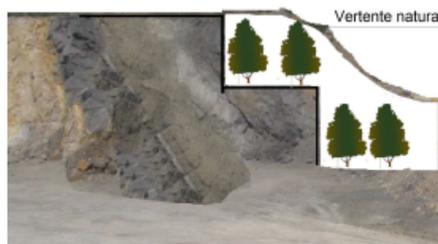


Mesmo em imagem de satélite (Google Earth) não dá para esconder.



A paisagem em socalcos pode ser muito bonita, mas não pertence à Serra da Arrábida.

A única hipótese de se obter uma maior aproximação ao natural seria criar uma vertente homotética da original, sem socalcos e respeitando a orientação dos estratos (reduzindo o perigo de derrocadas) e então, sim, proceder à reposição de solos e vegetação, mas desta feita por um coberto vegetal constituído essencialmente por espécies idênticas às vertentes contíguas não exploradas, ou seja, essencialmente espécies rupícolas e saxícolas, mais adaptadas às condições locais e não por plantas que sirvam meramente de “cortina vegetal” .



Corte em bancada como vertente final em socalcos



Corte em bancada com acerto final em vertente “homotética” com igual volume de extração



## Participação à consulta pública do “Novo plano de pedreira Vale de Mós A”

orografia original e não com as superfícies de corte, inclusivé representando muito calcáreo em áreas já exploradas, onde, segundo o EIA, já terá sobrado muito pouco, o que justificaria a necessidade da ampliação para a zona A.

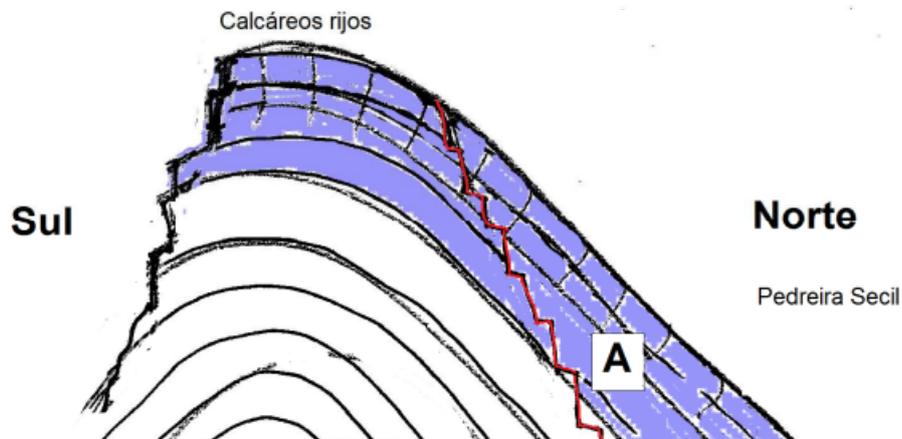
Aliás, o processo, sendo essencialmente mineiro, é muito deficiente em matéria de representação geológica, não incluindo cortes com a real constituição e desenvolvimento dos estratos, apenas alguns cortes esquemáticos, dificultando a apreciação das implicações do projeto nesta matéria.

### 5. Eliminação da couraça protetora da Serra

Segundo a figura anterior e as sondagens realizadas na base da zona A, os calcáreos compactos (a azul na figura) formam a camada superior dos estratos que constituem a Serra e servem de couraça protetora dos estratos inferiores mais brandos.

A Serra da Arrábida tem a forma atual certamente porque, “por enquanto” à escala geológica, os processos erosivos encontraram, nos calcáreos rijos, um “osso duro de roer”.

A Serra da Arrábida, na secção transversal da zona em exploração, tem a particularidade de só a vertente norte ser concordante com a direção dos estratos que a formam, enquanto que a vertente sul intercepta os estratos, o que fragiliza a sua estabilidade tendo em conta a fragmentação dos calcáreos por diaclases e a intercalação de estratos mais brandos e friáveis.



A exploração da pedreira está a criar a mesma situação na vertente norte, mas com instabilidade agravada, como reconhece o Estudo Geomecânico, porque a inclinação dos estratos no sentido do corte favorece o desprendimento de blocos.

Participação à consulta pública do “Novo plano de pedraira Vale de Mós A”



O limite da expansão atinge praticamente a linha de crista da serra

Figura 18 - Imagem aérea da zona Sul da pedraira, com indicação das duas sondagens S1 e S2, e as áreas (em azul) onde se depositaram os volumes de rocha instabilizados

## 6. Cota de fundo

Segundo o desenho 1 “levantamento topográfico” a cota mais baixa da pedraira é na ordem dos 110 m e está projetado aprofundar a escavação até cota 80 ou mesmo 40, apesar de, aparentemente, em estratos constituídos por rochas que se afiguram menos interessantes para o fabrico de cimento, incluindo:

## 7. Brecha da Arrábida

De acordo com a planta de “Levantamento geológico” no fundo da escavação existe um estrato de grês e conglomerados, a cor de rosa na planta.

O levantamento geológico refere-se apenas a “conglomerados”, mas o documento “Estudo geomecânico da ampliação da Pedreira do Outão e retroanálise de alguns fenómenos de instabilidade de taludes” esclarece a pág.3 que estes conglomerados são conhecidos também por “Brecha da Arrábida” localizando-os na base da pedraira, segundo desenho 2 da pág. 4.

Aparentemente, a SECIL tem estado a extrair depósitos de brecha da Arrábida intercaladas entre os estratos de margas e calcáreos.

Apesar de não ser necessária à fabricação do cimento, essas indicações levam a crer que terá estado a ser reduzida a pó, como dano colateral da exploração da pedraira, “Brecha da Arrábida”, uma rocha ornamental rara e muito valorizada no restauro de edifícios históricos da região, relativamente à qual terá sido, inclusivamente, proposta de candidatura como “Rocha como Recurso Patrimonial Global” no âmbito da subcomissão Heritage Stones (Pedras do Património) da UNESCO.

Situação que conviria ser devidamente esclarecida devido à proibição da sua extração.

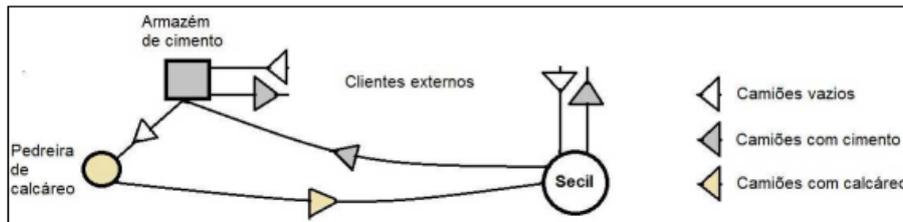
## 8. Mitigação dos inconvenientes da aquisição de calcáreo fora da pedraira

Como em alternativa, sem a aprovação do Plano de Pedreira Vale de Mós A, a SECIL considera que é possível obter de fontes exteriores o calcário para a produção de cimento, como aliás já ocorre, em parte, atualmente.

Assim, propõe-se como forma de mitigar os efeitos do tráfego daí decorrente:

### Participação à consulta pública do “Novo plano de pedra Vale de Mós A”

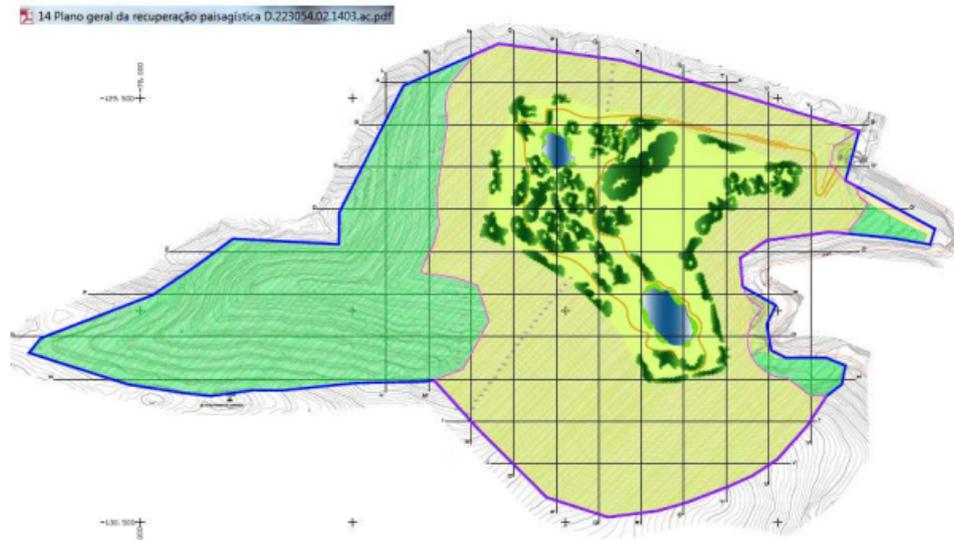
A criação de um entreposto de cimento junto à pedra de calcáreo exterior, por forma a reduzir as deslocações de veículos em vazio e ainda retirar do terminal de carga da Arrábida parte dos clientes externos.



### 9. Proposta paisagística para o fundo da pedra apresentada no Plano geral de recuperação paisagística:

Desculpem, mas a proposta é, no mínimo, ridícula: É o quê? Um parque urbano?

Mais uma vez, o que é que este tipo de “recuperação paisagística” tem a ver com a Serra da Arrábida?



Aliás, esta área será pouco segura, porque vai ficar na base duma extensa vertente artificial formada pelo corte da pedra, a qual terá grande instabilidade, reconhecida pelo estudo geotécnico, como já referido acima.

Vila Nogueira de Azeitão 29-3-2023  
Sérgio Reis Neves, Eng<sup>o</sup>

Lisboa, 25 de setembro de 2023

O Vice-Presidente



José Manuel Alho